

26/12/2016 - 05:00

## Indenizações já representam 30% do salário líquido dos procuradores

Por **Tainara Machado**

As indenizações podem até quadruplicar o salário mensal de um procurador do Ministério Público Federal. Em alguns meses, a combinação de auxílios para moradia, alimentação e ajuda de custo fizeram com que procuradores chegassem a receber "supersalários" de R\$ 121 mil reais, dos quais R\$ 96 mil em indenizações. A cifra já desconsidera os descontos previstos em lei, como Imposto de Renda e contribuição previdenciária.

Essas compensações, que não estão sujeitas ao teto salarial do funcionalismo público, representam 30,4% do gasto com folha dos servidores ativos do Ministério Público Federal, de acordo com levantamento do **Valor** a partir dos dados do Portal da Transparência sobre remuneração de membros ativos de janeiro a outubro, considerando os valores líquidos pagos aos procuradores.

**Acima do teto**  
Estrutura de remuneração dos membros da Procuradoria-Geral da República - em R\$ mil

	Remuneração básica da carga efetiva	Remuneração Líquida Total	Indenizações	Outras remunerações	Porcentagem da remuneração total
Jan	31,9	56,4	11,0	2,9	
Fev	31,9	38,3	3,3	1,9	
Mar	31,9	30,4	7,0	2,2	
Abr	31,8	30,1	6,9	2,1	
Mai	31,8	30,6	7,0	2,1	
Jun	31,8	29,2	4,1	2,8	
Jul	31,9	31,0	7,3	2,3	
Ago	31,8	30,8	7,1	2,6	
Sep	31,8	30,0	6,9	2,0	
Out	31,8	31,6	7,6	2,4	
Média	31,9	33,2	7,3	2,3	

Fonte: Portal de Transparência da Procuradoria-Geral da República

Em outubro, por exemplo, os 1081 procuradores e subprocuradores federais na folha de pagamento do Ministério Público receberam, ao todo, R\$ 31,6 milhões, já considerando os descontos obrigatórios. As indenizações e outras remunerações foram de R\$ 13 milhões no mês, o que representou 41,1% da remuneração líquida recebida por esses servidores no período.

Por causa das indenizações, entre 10% e 20% dos procuradores ganham, todos os meses, mais do que o teto constitucional, dado pelo salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 33,7 mil. O **Valor** identificou que alguns procuradores chegam a ganhar mais de R\$ 120 mil em um único mês, embora o salário bruto da categoria seja, em média, de R\$ 28 mil.

Esse cenário só é possível por causa das indenizações, que têm sido usadas como alternativa nas negociações salariais para furar o teto remuneratório do funcionalismo público. Por e-mail, a assessoria de imprensa afirmou que as parcelas pagas aos membros e servidores do Ministério Público Federal em caráter indenizatório não estão sujeitas à retenção do teto constitucional, de acordo com resolução de 2006 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Além de auxílio-natalidade, alimentação, mudança, abono pecuniário, auxílio pré-escolar e conversão de licença-prêmio em pecúnia, recentemente os procuradores passaram a receber também R\$ 4.377,00 de auxílio-moradia, concessão regulamentada pelo CNMP depois que o ministro do STF, Luiz Fux, estendeu o benefício para todos aqueles que moram em cidades sem apartamento funcional disponível. Diárias e passagens também entram nessa conta.

A regra também vale para o Judiciário, com anuência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que faz que a situação se repita entre os magistrados. De acordo com levantamento do professor Nelson Marconi, da Fundação Getulio Vargas (FGV), boa parte dos desembargadores também ganha acima do teto constitucional em São Paulo, Minas e Rio, por exemplo.

No Ministério Público, a maioria dos procuradores recebe todos os meses R\$ 5.261,73, referentes à soma dos auxílios para moradia e alimentação. Como as indenizações não estão sujeitas ao teto do funcionalismo e nem sofrem incidência do Imposto de Renda, elas podem inflar - e muito - a remuneração dos membros do MP, que representam a elite do funcionalismo público brasileiro. O valor pode ser ainda maior quando há acúmulo de gratificações ou de licenças não gozadas, por exemplo.

Januário Paludo, procurador regional da República, foi um dos que recebeu média salarial mais alta entre fevereiro e setembro deste ano, de R\$ 46,2 mil, considerando a remuneração total líquida. Seu salário-base, porém, é de R\$ 30,4 mil, a terceira faixa mais baixa na tabela de subsídios dos membros do Ministério Público.

Sady Torres Filho, que é subprocurador-geral da República, cargo de remuneração básica maior (R\$ 32 mil), recebeu no mesmo período R\$ 29 mil, em média, por mês.

O salário de vários procuradores também supera o do cargo mais alto entre os membros do Ministério Público Federal, de procurador-geral da República, ocupado por Rodrigo Janot. Com remuneração básica no teto permitido ao funcionalismo, de R\$ 33,763 mil, Janot ganhou, na média, R\$ 29,4 mil ao mês entre janeiro e setembro, considerando o salário líquido. Como indenização, ele recebe usualmente auxílio-alimentação, recentemente reajustado para R\$ 884 por mês.

Neste cenário, a despesa com pessoal do Ministério Público da União cresceu 46,3% entre 2010 e 2015. Nos Estados, mais da metade dos Ministérios Públicos já superou os limites de alerta no gasto com folha de pagamentos, que é de 1,8% da receita corrente líquida estadual, segundo levantamento feito pelo gabinete do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). No Maranhão, Santa Catarina, Ceará, Piauí, Tocantins, Minas Gerais, Roraima e Espírito Santo o limite de alerta foi superado no quadrimestre encerrado em abril. Amapá, Goiás, Paraíba e Rondônia superaram o limite prudencial de despesa com pessoal pelo Ministério Público, que é de 1,9%, enquanto o no Rio Grande do Norte o gasto chegou a 2,2% da receita, acima do limite máximo (de 2%).

**Dados disponíveis em [www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/contracheque](http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/contracheque)**